

**Serviços públicos** Limeira, Campinas, Ribeirão Preto e Jundiaí têm experiências bem sucedidas na área

# Cidades do interior de SP estão perto da universalização

**Inaldo Cristoni**  
Para o Valor, de São Paulo

O Brasil apresenta um déficit gigantesco em saneamento básico, cuja eliminação passa pela adoção de um modelo de gestão orientado à busca da eficiência das companhias que prestam esse serviço, como mostram experiências bem sucedidas em alguns municípios do interior paulista, como Limeira, Campinas, Ribeirão Preto e Jundiaí, que alcançaram ou estão próximas de atingir a universalização do abastecimento de água e do esgoto sanitário.

O exemplo de Limeira é emblemático por se tratar da primeira cidade a adotar o regime de concessão do serviço de saneamento básico à iniciativa privada. A Foz do Brasil assinou contrato em 1995 e desde então já investiu R\$ 200 milhões em projetos que resultaram na universalização do serviço de saneamento básico, redução dos níveis de perdas de água (para 14%) e da taxa de inadimplência, que já chegou a ser superior a 50%.

Os recursos foram aplicados também na reorganização da estrutura interna. Desde que assumiu a concessão, a companhia padronizou os processos operacionais, definiu e passou a monitorar os indicadores de desempenho. Além disso, mantém um estoque mínimo de equipamentos, para dar agilidade aos serviços de reparo, e automatizou toda a sua operação, por meio de instrumentação e sistemas informatizados de controle. “Como resultado, temos o menor custo operacional, que se reflete na tarifa, que é uma das mais baixas na região”, diz Rogério Tadeu Sarro, diretor da concessão da Foz do Brasil em Limeira.

Um aporte adicional de R\$ 80 milhões está previsto até 2017 para o cumprimento das metas esta-

belecidas no Plano Diretor de Limeira. Metade desse dinheiro será aplicada na melhoria da qualidade do tratamento do esgoto, atendendo aos requisitos da legislação brasileira de resíduos sólidos.

A ideia é implantar um sistema baseado em tecnologia holandesa, que utiliza mecanismos biológicos para remoção de carga orgânica, gerando efluente com grau de pureza superior a 90%. Além disso, um equipamento importado da Espanha será usado para extração da água do lodo gerado por duas estações de tratamento de esgoto (ETE), evitando o descarte do material em aterro sanitário.

Segundo Rogério Tadeu, os R\$ 40 milhões restantes serão investidos na expansão da capacidade de fornecimento de água, dos atuais 900 para 1,2 mil litros por segundo, que suportarão o esperado crescimento do consumo nos próximos anos. A partir de 2018 e até o fim do contrato de concessão, em 2039, a previsão da empresa é injetar mais R\$ 170 milhões.

A Sanasa, que recentemente foi envolvida em um esquema de corrupção na prefeitura de Campinas, implantou um programa de governança de corporativa “para garantir a transparência e evitar a repetição de problemas que já ocorreram no passado”, segundo Arly Delara Romêo, presidente da companhia. “Produzimos um documento, chamado Sanasa em Números, que apresenta um raio-x da empresa, todas as obras que estão em curso, os recursos aplicados e o prazo de execução”.

Uma dessas obras é a Estação de Produção de Água de Reúso (Epar Capivari II), onde um sistema de tratamento que usa membranas ultrafiltrantes importadas da Hungria garante a remoção dos poluentes e sólidos, permitindo a geração de efluentes

com 99% de grau de pureza (água de reúso). A primeira das duas unidades já funciona em caráter experimental e a outra tem previsão de entrega até o fim do ano.

O investimento no projeto gira em torno de R\$ 200 milhões e a expectativa é que o complexo seja inaugurado entre março e abril de 2014. Segundo Romêo, há negociações avançadas para o fornecimento da água de reúso ao Aeroporto de Viracopos, que exigirá a construção de um sistema de bombeamento e de uma rede de distribuição de quase dez km.

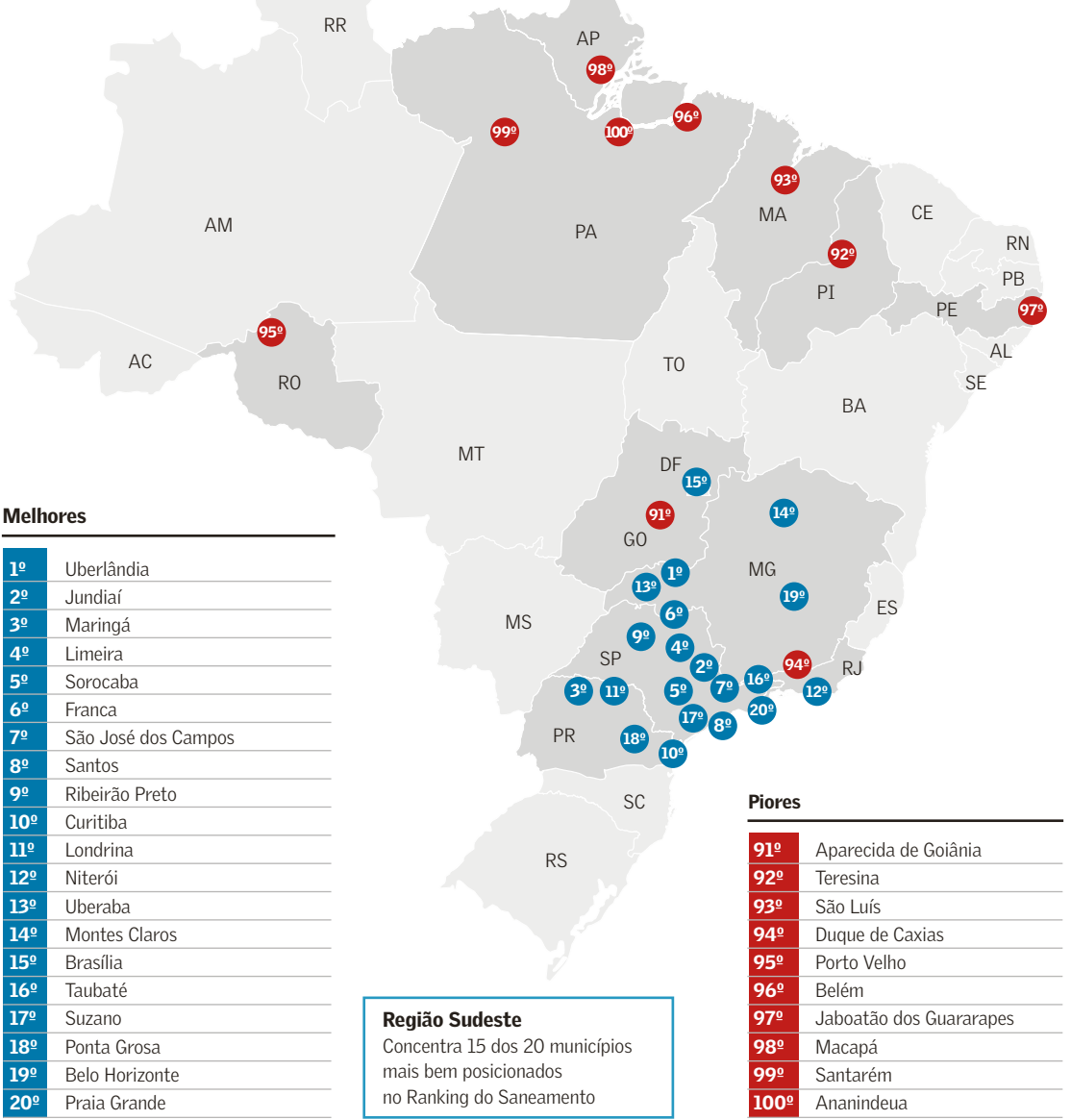
O sistema de esgoto sanitário atende atualmente 88% da população campineira — coleta de 259.730 ligações com afastamento por meio de 3,5 mil km de rede, emissários e interceptores — e inclui 71 estações elevatórias de esgoto e 25 ETEs. A meta da Sanasa é universalizar o serviço até 2017. Já em andamento, o projeto de construção de novas estações e de 560 quilômetros de rede coletora está orçado em R\$ 560 milhões.

De acordo com Romêo, a companhia tem ainda um programa contínuo de substituição de aproximadamente 1 mil km de tubulação que distribui a água à população, cujo objetivo é reduzir o índice de perda, que atualmente é de 14%. O cronograma prevê a troca de 100 km da rede por ano com investimento de R\$ 25 milhões.

Em Jundiaí e em Ribeirão Preto, o abastecimento de água é uma atribuição das respectivas autarquias municipais. Mas o esgotamento sanitário é uma concessão da Cia. de Saneamento de Jundiaí (CSJ) e da Ambient, respectivamente. “É um modelo que facilita o nosso trabalho e representa um desafio de caixa, para investimentos nos pro-

## Melhores e piores

Ranking do serviço de saneamento básico das cem maiores cidades do país



### Evolução dos indicadores

Maiores cidades do país – últimos 5 anos\*

	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2007 (p.p.)			
População com água tratada (%)	90	89	90	90,9	92,2				2,2
População com coleta de esgotos (%)	59	56	57	59,1	61,4				2,4
Esgoto tratado x água consumida (%)	36	36	38	36,3	38,5				2,5
Perdas de água (financeira %)	45	43	42	40,5	40,1				
Investimentos (R\$ bilhões)	2,9	3,7	5,7	4,5	4,5		-4,9		
						Soma: 21,3 bilhões			

Fonte: Instituto Trata Brasil \*Apenas a cidades constantes nos rankings do Instituto Trata Brasil. Obs: Nos anos de 2007 a 2009, as médias foram feitas para as 81 maiores cidades; em 2010 e 2011 a média considerou as cem maiores

jetos”, comenta Jamil Yatim, presidente do DAE Água e Esgoto, de Jundiaí, fazendo referência à divisão das atividades.

O acesso ao saneamento básico é uma realidade para 98% da população jundiaíense. O DAE planeja investir na substituição de 42 km da rede de tubulação e na construção de mais dois reservatórios que entrarão em operação até 2016, totalizando dez reservatórios na cidade. Estimados em R\$ 45 milhões, os dois projetos visam reduzir perdas e melhorar a distribuição de água.

Já em Ribeirão Preto, faz parte dos planos acabar com o problema da falta de água em algumas regiões da cidade, que tem ocorrido com frequência principalmente nos fins de semana, por causa do aumento do consumo. O Departamento de Água e Esgoto (Daerp) também concentra esforços na melhoria do seu sistema para permitir o atendimento das demandas recorrentes do dia a dia, sem perder as ações contidas no planejamento de longo prazo.

Entre as medidas que estão

sendo colocadas em prática Ivo Coliccio, engenheiro da autarquia, cita a elaboração de um cadastrado da rede, a partir de um mapa georreferenciado, que permitirá a visualização dos ativos do sistema. O Daerp já tem um mapeamento de 40 reservatórios e a ideia é estender o sistema para os 109 reservatórios existentes. “O plano é instalar sensores de pressão em alguns pontos da rede, o que permite a identificação e a tomada de decisões rápidas para solução das ocorrências”, explica.